

CERIMÓNIA COMEMORATIVA DO
75.º Aniversário
da Organização das Nações Unidas
E DOS
65 Anos
da Adesão de Portugal à Organização

14 de dezembro de 2020



CERIMÓNIA COMEMORATIVA DO
75.º Aniversário
da Organização das Nações Unidas
E DOS
65 Anos
da Adesão de Portugal à Organização

14 de dezembro de 2020 | 15h00

SALÃO NOBRE, PALÁCIO DE SÃO BENTO



ÍNDICE

4 NOTA PRÉVIA

INTERVENÇÕES

5 Eduardo Ferro Rodrigues

Presidente da Assembleia da República

14 António Guterres

Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas

18 Augusto Santos Silva

Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

24 Marcelo Rebelo de Sousa

Presidente da República Portuguesa

NOTA PRÉVIA

Esta publicação reúne as intervenções proferidas no contexto da Cerimónia Comemorativa que assinalou o 75.º Aniversário da Organização das Nações Unidas e os 65 Anos da Adesão de Portugal à Organização.

Presidida pelo Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, a cerimónia contou com a participação do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva (em representação do Primeiro-Ministro e do Governo). O Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, endereçou uma mensagem à Assembleia da República por ocasião desta dupla efeméride, a qual foi exibida na cerimónia.

Enaltecendo-se a importância da ONU e dos valores que introduziu com a sua Carta em 1946 – paz e segurança mundiais, dignidade da pessoa humana, igualdade de direitos de homens e mulheres, justiça para todos –, assentes numa nova ordem mundial, baseada no direito internacional e na igualdade entre Estados soberanos, esta cerimónia aconteceu no preciso dia em que, há 65 anos, Portugal aderiu às Nações Unidas, atestando, de forma simbólica, o compromisso de Portugal e das suas instituições para com o multilateralismo, de que é expressão máxima a Organização das Nações Unidas.



EDUARDO FERRO RODRIGUES

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Há setenta e cinco anos, a 24 de outubro de 1945, entrou em vigor a Carta das Nações Unidas.

Nasceu a Organização dos escombros da Segunda Grande Guerra, dos horrores da tirania, do racismo e da discriminação.

Os campos de concentração do Holocausto lembram-nos como pode ser incomensurável a capacidade de o ser humano infligir o mal ao seu semelhante.

Sabemos, porém, e felizmente, que a humanidade é capaz de se exceder no melhor.

Em agosto de 1941, dois grandes estadistas, Franklin Roosevelt e Winston Churchill, assinavam a Carta do Atlântico.

Não tardaram seis meses para que, em Washington, fosse assinada a Declaração das Nações Unidas.

Muito devemos a Cordell Hull, que por tal seria galardoado com o Prémio Nobel da Paz em 1945.

No preâmbulo da Declaração das Nações Unidas está a semente do que viria a ser o seu ADN: a defesa da vida, da liberdade, da independência e liberdade religiosa, dos direitos humanos e da justiça – princípios e valores consagrados na Carta assinada em junho de 1945, em São Francisco.

Passadas mais de sete décadas, que balanço podemos fazer das Nações Unidas?

Elas continuam a ser a trave-mestra da ordem internacional multilateral assente em valores e princípios. Sem elas, o mundo seria outro – e seguramente muito pior.

Hoje, que tanto se fala na sua reforma e das insuficiências do multilateralismo, não devemos esquecer, porém, a solidez das bases em que assenta. Se vemos com abertura a sua reforma, não podemos, contudo, descuidar os seus princípios basilares.

Pensem na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Como bem afirmou Eleanor Roosevelt, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é a magna carta internacional de todos as pessoas em todos os lugares.

Muito mais devemos às Nações Unidas: assim sucede com as suas missões de paz, em tantos lugares, que tanto têm feito para amortecer conflitos.

E como poderiam Portugueses e Timorenses não ter presente, nos seus corações, Sérgio Vieira de Mello?

O reconhecimento da ação das Nações Unidas e das suas Agências tem sido expresso em inúmeras ocasiões com a atribuição do Prémio Nobel da Paz. Foi-o no caso da Organização, de dois dos seus Secretários-Gerais – Kofi Annan e Dag Hammarskjöld, morto também ele ao serviço da Organização –, e de várias das

suas Agências. Foi o caso, em 2020, do Programa Alimentar Mundial.

Têm as Nações Unidas tido a capacidade de se adaptarem e de serem uma força motriz de mudanças e da resposta aos sucessivos desafios com que, desde a sua fundação, a humanidade se confronta.

Na área da segurança e defesa sabemos dos condicionalismos à sua capacidade de intervenção, onde é decisivo o entendimento no seio do Conselho de Segurança entre os seus Membros Permanentes.

A composição deste Órgão – cinco Membros Permanentes e dez Membros Não Permanentes – não reflete a evolução da comunidade internacional, nem a realidade geopolítica de hoje. É cada vez mais imprescindível a sua reforma, alargando o número de Estados que o integram, de modo a refletir a vivência multipolar, que é a dos nossos tempos.

A ONU é, no entanto, muito mais que um só Órgão, por tão nevrálgico que seja. Lembro a sua ação, muito especialmente da Assembleia Geral, no processo de descolonização.

Hoje, as Nações Unidas contam com 193 Membros. São, por essência, a Organização universal.

Tem-lhe cabido uma ação pioneira e divulgadora em questões de sociedade, que continuam a ser desafios do nosso tempo.

Recordo, muito em particular, a criação, em 1961, do Programa Alimentar Mundial.

Em tempos de pandemia de COVID-19, devemos ter presente a advertência feita pelo Diretor Executivo do Programa Alimentar Mundial, David Beasley, na Assembleia-Geral das Nações Unidas, alertando para os riscos globais de fome e de insegurança alimentar e de 2021 poder vir a ser o pior ano de crise humanitária na história das Nações Unidas.

Poucos dias decorridos, na cerimónia de aceitação do Prémio Nobel da Paz, David Beasley voltou a convocar-nos para a ação, e cito:

“(…) Devido a tantas guerras, às alterações climáticas, ao uso da fome como arma política e militar, e à pandemia, que agrava tudo exponencialmente – 270 milhões de pessoas caminham para a fome severa”.

Este é um apelo a que nenhum de nós se pode eximir.

Lembro, igualmente, a celebração, em 1975, do Dia Internacional da Mulher, que a Assembleia-Geral institucionalizaria em 1977, de cujos desenvolvimentos marcantes sobressai a adoção, em 1979, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

E que dizer do trabalho feito pela UNESCO em prol da defesa do património material e imaterial da humanidade?

Como é também único o trabalho das Nações Unidas na defesa do ambiente e no combate às alterações climáticas.

Foi o caso do Protocolo de Quioto de 1997, que operacionaliza a Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas.

Em 2015, sob a sua égide, foi assinado o Acordo de Paris, um instrumento juridicamente vinculativo.

São pertinentes as palavras proferidas há poucos dias por António Guterres, na Universidade de Columbia sobre o estado do planeta.

Há uma emergência climática.

Temos três desafios imperativos pela frente:

1. Conseguir a neutralidade carbónica nos próximos trinta anos;
2. Conseguir o alinhamento global dos recursos financeiros com os Acordos de Paris;
3. Dar um impulso decisivo na adaptação de modo a proteger o mundo dos impactos das alterações climáticas, muito especialmente as pessoas e países mais vulneráveis.

Em síntese, nas palavras do Secretário-Geral das Nações Unidas, temos de agir de modo mais amplo, holístico, em muitas frentes, para que asseguremos a saúde do nosso planeta, do qual todos dependemos.

É também reconhecido o trabalho das Nações Unidas no campo da saúde. Lembro muito especialmente:

- A Declaração de 2001 sobre a luta contra o VIH/SIDA;
- A missão de emergência médica realizada em 2014, a primeira do género das Nações Unidas, liderada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), de combate à epidemia do ébola em África;
- O esforço incessante da OMS na luta contra a pandemia de COVID-19.

Lembro também a ação das Nações Unidas de impulsionamento dos dezassete grandes objetivos do Desenvolvimento Sustentável:

- Acabar com a pobreza;
- Acabar com a fome;
- Assegurar a saúde e o bem-estar;
- Assegurar a educação;
- Alcançar a igualdade de género;
- Assegurar o abastecimento de água;
- Assegurar o abastecimento de energia limpa;
- Promover o desenvolvimento económico, inclusivo, e o emprego decente para todos;
- Prover à construção de infraestruturas resilientes, a industrialização inclusiva e a inovação;
- Reduzir as desigualdades;
- Ter cidades mais inclusivas e seguras;
- Assegurar o consumo sustentado;
- Combater as alterações climáticas;
- Promover o uso sustentado dos oceanos e dos seus recursos;
- Proteger os ecossistemas;

- Promover a paz, o acesso à justiça e instituições responsáveis;
- Reforçar a cooperação global.

Basta o elenco dos desafios que temos pela frente, determinantes do nosso futuro em sociedade e do planeta que habitamos, para ser evidente o quanto as Nações Unidas são indispensáveis.

E que balanço podemos fazer da ação desenvolvida por Portugal nas Nações Unidas?

Podemos dividi-lo em três tempos:

- Um primeiro, de ausência, pois só aderimos em 1955;
- Um segundo tempo, o das guerras coloniais do Estado Novo, que foi também o tempo do orgulhosamente sós;
- Um terceiro tempo, o tempo da democracia, em que temos feito jus à nossa vocação universalista.

Lembro a nossa participação empenhada em missões de paz.

Falando apenas das atuais, estamos presentes com forças militares e de segurança no Mali, MINUSMA, na República Centro Africana, MINUSCA, e na Missão de Verificação das Nações Unidas na Colômbia.

Lembro a nossa eleição três vezes para o Conselho de Segurança.

Lembro, ainda, o prestígio que é para Portugal ter António Guterres como Secretário-Geral das Nações Unidas, tendo antes sido Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, e ter António Vitorino como Diretor-Geral da Organização Internacional para as Migrações.

Acima de tudo, somos fiéis à nossa matriz de viver e de estar: abertos, plurais e multiculturais, uma Nação construtora de pontes, promotora do diálogo, respeitadora do Direito Internacional, firmes defensores da paz, da liberdade e do respeito pelos direitos humanos.

Tantos são os resultados alcançados, tantas vezes conseguidos na adversidade, que me levam a expressar o meu agradecimento e a minha esperança em que esta Organização que é de todos nós, em todos os países, continue a ser um baluarte da cooperação e de orientação na construção de um mundo mais justo e harmonioso, em paz e em liberdade.

Antes de terminar, permitam-me que saúde o Senhor Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Deputado Sérgio Sousa Pinto, pelo impulso que deu à realização desta cerimónia.

E permitam-me também que agradeça ao Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, que aqui representa o Senhor Primeiro-Ministro e o Governo, e, naturalmente, a Sua Excelência o Presidente da República por, desde o primeiro momento, ter manifestado a sua disponibilidade para marcar presença e intervir nesta sessão, que, mesmo num quadro generalizado de pandemia, é uma realidade.

Muito obrigado.



ANTÓNIO GUTERRES

SECRETÁRIO-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

É com o maior gosto que me associo à Comemoração, que, em boa hora a Assembleia da República decidiu promover, do 75.º Aniversário das Nações Unidas, neste dia em que se cumprem 65 anos da adesão do nosso país à Organização.

A importância conferida a esta Comemoração faz jus à convicção de Portugal nos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e nos seus objetivos de paz, direitos humanos e progresso económico e social de todos os povos.

A defesa do papel da Organização das Nações Unidas (ONU) é, aliás, do interesse próprio de países com o perfil do nosso, pelo relevo que a Organização atribui ao Direito Internacional, pelo facto de assentar em princípios subscritos por todos os Estados-Membros e por desenvolver a sua ação através de métodos e mecanismos previsíveis e previamente acordados.

Ao longo das últimas décadas, a participação de Portugal na ONU conheceu várias fases. Mas em todas elas pautou-se por um empenho efetivo no trabalho da Organização, nomeadamente através da presença em Operações de Manutenção da Paz, do papel de destaque assumido em temas de interesse global – como sejam os Oceanos – e da participação nos esforços coletivos destinados a enfrentar os grandes desafios do nosso tempo, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as alterações climáticas.

Numa ocasião como esta, não posso também deixar de referir a questão de Timor-Leste, a qual só foi possível solucionar dado o papel central desempenhado pelas Nações Unidas.

Vivemos tempos conturbados. A pandemia veio agravar um contexto já anteriormente marcado por persistentes tensões geopolíticas, desigualdades gritantes, uma não equitativa distribuição dos benefícios da globalização, ameaças climáticas, desconfianças face às instituições e riscos associados à utilização mal-intencionada de novas tecnologias.

Acresce que a pandemia pôs, também, em evidência a nossa enorme fragilidade e interdependência.

As Nações Unidas têm desenvolvido significativos esforços para salvar vidas, combater a transmissão do vírus e precaver os impactos negativos duradouros gerados por esta crise.

Porém, é forçoso reconhecer que a colaboração e a solidariedade entre Estados não têm estado ao nível que as circunstâncias exigem. Constatamos alguns bons exemplos, como foi o caso da extensão em Portugal dos cuidados de saúde a migrantes e refugiados. Mas, no quadro global, a cooperação é muito insatisfatória.

A crise provocada pelo COVID-19 demonstrou a necessidade de mais multilateralismo, isto é, um multilateralismo dotado de maior eficácia, ambição e impacto. Precisamos de mais cooperação internacional e de instituições internacionais mais fortes.

Os subscritores da Carta das Nações Unidas, há 75 anos, desenharam a arquitetura institucional internacional das décadas que se seguiram.

As decisões que tomarmos nos próximos meses terão, também, um impacto determinante e duradouro.

As Nações Unidas contam com o continuado apoio de Portugal.

Muito obrigado.



AUGUSTO SANTOS SILVA

MINISTRO DE ESTADO E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Começo por agradecer à Assembleia da República a organização desta sessão, que será certamente o ponto mais alto das comemorações nacionais dos 75 anos da fundação das Nações Unidas e dos 65 anos da entrada de Portugal na Organização.

Na Carta das Nações Unidas, as linhas iniciais são absolutamente eloquentes. Elas dizem que as Nações Unidas são fundadas com quatro finalidades essenciais:

- Em primeiro lugar, salvaguardar a paz e evitar a guerra;
- Em segundo lugar, afirmar os Direitos Humanos fundamentais;
- Em terceiro lugar, fazer valer o Direito Internacional; e
- Em quarto lugar, nos termos da época (cito), “promover o progresso social e melhores condições de vida”.

Setenta e cinco anos depois, podemos ver que em todas estas finalidades as Nações Unidas produziram resultados. É às Nações Unidas que devemos o primeiro sistema de segurança coletiva que a humanidade conheceu e a primeira proibição, expressa e universal, da ameaça e do uso da força nas relações internacionais.

É às Nações Unidas que devemos aquilo que é hoje o regime internacional dos Direitos Humanos, com a Declaração Universal aprovada em 1948 e os dois Pactos Internacionais (um sobre os direitos civis e políticos, outro sobre os direitos económicos e sociais) subscritos em 1966.

É às Nações Unidas que devemos o cumprimento do direito à autodeterminação e o apoio ao processo de descolonização.

É às Nações Unidas que devemos o sistema internacional de apoio ao desenvolvimento, ao desenvolvimento humano e ao desenvolvimento sustentável.

Quer isto dizer que a história dos 75 Anos das Nações Unidas se conta apenas por sucessos? Não, evidentemente que não.

Em todas estas finalidades essenciais, os resultados são ainda insuficientes. É preciso continuar a trabalhar, mas continuar a trabalhar na mesma direção que foi estabelecida logo em 1945.

Nós não precisamos de mudar as finalidades do sistema das Nações Unidas. Precisamos de ser mais firmes e mais efetivos no cumprimento dessas finalidades, designadamente agora que é a própria sobrevivência do nosso planeta que se encontra em causa.

Portugal foi admitido nas Nações Unidas em 1955. Faz, exatamente hoje, 65 anos. Contudo, Portugal só entrou verdadeiramente depois de 1974 no espírito das Nações Unidas; como comunidade internacional comprometida com os direitos humanos, com a descolonização e com o desenvolvimento. E várias etapas marcam a entrada de Portugal e o seu protagonismo crescente no sistema das Nações Unidas, que são inerentes à nossa própria transição democrática.

Permitir-me-ia distinguir quatro dessas etapas cumulativas.

A primeira é o momento verdadeiramente fundador, 1978, o ano em que se faz pela primeira vez em Portugal a publicação oficial da Declaração Universal dos Direitos Humanos e em que Portugal ratifica os dois Pactos Internacionais dos direitos civis e políticos e dos direitos económicos e sociais.

Uma segunda etapa, muito importante, é a participação de Portugal no Conselho de Segurança, no biénio de 1979-1980, no biénio de 1997-1998 e no biénio de 2011-2012, que marcam, todos eles, a participação ativa de Portugal no sistema de segurança coletiva, dirigido pelo Conselho de Segurança.

Uma terceira etapa é representada pelo protagonismo de portuguesas e portugueses em funções, em posições de topo e em missões muito importantes no universo das Nações Unidas. Gostaria, nesta oportunidade, de lembrar a presidência da Assembleia-Geral por Diogo Freitas do Amaral; a liderança por Mário Soares e a coordenação por Mário Ruivo da Comissão Mundial dos Oceanos; o trabalho de Maria de Lourdes Pintasilgo à frente da Comissão Mundial Independente sobre População e Qualidade de Vida e da produção do relatório Cuidar do Futuro, ainda hoje muito atual; o trabalho de Jorge Sampaio, primeiro representante do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações e primeiro enviado especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Luta Contra a Tuberculose; o trabalho de António Guterres à frente do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados; e também o trabalho de Catarina Albuquerque, relatora do primeiro documento sobre o direito à água potável como um direito

humano, e de Marta Santos Pais, que foi durante vários anos a representante do Secretário-Geral das Nações Unidas contra a violência sobre as crianças.

Este trabalho, e o de outros protagonistas portugueses no sistema das Nações Unidas, permitiu consolidar a reputação justa que Portugal tem como um contribuinte efetivo para o progresso da comunidade internacional.

E, finalmente, a quarta etapa. A etapa que vivemos atualmente desde o dia 1 de janeiro de 2017, quando um português, António Guterres, passou a ocupar as funções de Secretário-Geral das Nações Unidas.

Hoje, Portugal participa em vários planos, em vários organismos, agências e programas das Nações Unidas. Faremos parte, a partir do próximo ano, do Conselho Económico e Social. Fazemos hoje parte do Conselho Executivo da UNESCO. Temos um português à frente da Organização Internacional das Migrações, António Vitorino. É português o sub-Secretário-Geral das Nações Unidas para os Assuntos Jurídicos; é portuguesa uma das Vice-Presidentes do Banco Mundial; é português o Diretor do Fundo Monetário Internacional para as questões orçamentais; é portuguesa a Diretora Regional da Europa do Fundo da População e Desenvolvimento; é português o Coordenador da elaboração do Relatório do Desenvolvimento Humano. Portugueses estão hoje no Comité de Direito Internacional, no Comité dos Direitos Humanos, na Comissão dos Limites da Plataforma Continental.

Mas mais do que isso, Portugal é conhecido, respeitado e convocado sempre que várias temáticas muito importantes da agenda das Nações Unidas estão em causa: quando está em causa a diplomacia para os direitos humanos; quando estão em causa as missões e operações de paz; quando está em causa a temática da preservação dos oceanos, da utilização sustentável e racional dos oceanos e da governação dos oceanos; quando estão em causa as migrações; quando estão em causa as alterações climáticas e a necessidade de acelerar a transição energética e a descarbonização das economias; quando está em causa o tratamento da toxicodependência como uma questão de saúde pública; quando está em causa a utilização racional de recursos escassos, a começar pela água.

Em todas estas agendas, Portugal protagoniza hoje uma contribuição efetiva – e respeitada por todos – para as Nações Unidas. Por isso, tenho sugerido que o multilateralismo é mesmo uma das grandes orientações estratégicas da política externa portuguesa. É-o no sentido em que significa a consciência de que os problemas comuns têm de motivar respostas comuns, que os bens que são comuns, o património que nos é comum, têm de ser defendidos e preservados por todos. E multilateralismo também no sentido em que, para encontrar essas respostas comuns, para preservar esses bens comuns, é preciso agirmos cooperativamente. Ora, quem diz multilateralismo diz Nações Unidas, porque as Nações Unidas são verdadeiramente a organização global da humanidade. E Portugal sente-se muito bem dentro dela.

Muito obrigado.



MARCELO REBELO DE SOUSA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Setenta e cinco anos depois, a Organização das Nações Unidas é credora de uma evocação justamente reconhecida.

Nasceu no termo de uma guerra demolidora em vários continentes e no início de uma outra guerra – a Guerra Fria – que dividiria o universo em dois hemisférios e numa geopolítica bipolar, que duraria quase meio século.

Por entre sobressaltos os mais variados e compassos de espera os mais penosos, logrou alargar o seu âmbito geográfico, ajustar-se às sucessivas realidades que emergiram nas décadas de 50, 60, 70 e 80 do século passado, intervir – sob formas variadas e com recurso a envolvimento e delegações imaginativas – em inúmeros palcos dos mais sensíveis, soube criar, apoiar e promover várias outras instituições de vocação universal, sem as quais o mundo teria sido muito pior – na educação, no combate à fome e à miséria, na saúde, no apoio ao desenvolvimento, no acompanhamento do sistema monetário internacional e na gestão financeira, e, não menos do que isso, na descolonização e, sobretudo, na saga sempre vencida da proteção dos Direitos Humanos.

Mesmo quando esteve aquém, do esperado ou necessário, em vários destes papéis cruciais, foi insubstituível, pelo acicate, pelo incentivo, pelo conforto, pela parceria, pela chamada de atenção, pelo apelo de valores que protagonizou.

Dependeu muito das conjunturas e das mutáveis condições de poder? Dependeu e depende.

Cedo demais revelou as limitações de meios para a realização de fins? Muito cedo, mesmo.

A sua arquitetura retratou um contexto que já não existe há pelo menos 50 anos? Retratou e ainda retrata, a denotar desfasamento e imperiosa urgência de reforma.

Apesar de todos estes e muito mais óbices, o que os 75 anos mudaram na vida da humanidade e nas vidas concretas de milhões e milhões de pessoas legitima o nosso justo reconhecimento.

Portugal aderiu à Organização quando pôde aderir, quando o equilíbrio internacional, fora e dentro das Nações Unidas, permitiu que esse anseio de setores mais prospetivos, mais avançados, mais defensores da abertura do que da autarcia, dos valores da Liberdade, da Democracia e do Direito Internacional mais do que da ditadura, do regime antidemocrático e do primado do Direito Nacional, permitiu que esse anseio pudesse ser concretizado apesar do quadro constitucional e político vigente.

E, durante quase 20 anos, foi complexa a relação com a instituição a que havíamos aderido, em particular por causa da posição oficial em matéria de descolonização.

Em Democracia, ao invés, Portugal foi assumindo papel crescente, traduzido, nomeadamente, no desempenho das

funções mais relevantes, na eleição por três vezes como Membro Não Permanente do Conselho de Segurança, por inúmeras missões, civis e militares, todas devidamente valorizadas pelos nossos pares.

Culminando, finalmente, também pela excelência do candidato, na eleição de António Guterres para Secretário-Geral das Nações Unidas.

Neste final de 2020, que parece prometer, para os próximos anos, um horizonte de regresso ao multilateralismo, de superação de diversos unilateralismos, protecionismos, e mesmo isolacionismos e de acento tónico no Direito Internacional e nas Organizações Internacionais, uma renovada esperança acompanha a celebração destes 75 anos e confere ainda maior permanência e vigor aos desígnios de António Guterres.

Na paz, nos direitos humanos, na luta contra as injustiças, as iniquidades, as desigualdades, de toda a ordem e, portanto, na justiça social, no clima e no seu desafio intergeracional, na nova energia, no novo digital, nas novas relações sociais e laborais, no diálogo, na tolerância, na solidariedade, no multilateralismo, na reforma das próprias Nações Unidas.

Temos pela frente um novo tempo para dar expressão a desígnios que já deveriam ser realidade, não fora o tempo perdido, nos anos recentes, com o revisitar de egoísmos, de solipsismos de outras eras.

Temos bem viva a experiência desta pandemia, que foi, logo no início, tudo menos o que deveria ter sido – dissimulação,

fechamento, atraso na cooperação, luta selvática por meios os mais diversos, dificuldade em fazer vingar critérios e linhas orientadoras comuns, numa palavra a recusa muito e infelizmente efetiva daquilo que nos deveria unir na mais sustentada cooperação global.

Temos connosco 75 anos de uma obra imperfeita e em parte obsoleta, mas essencial e insubstituível.

Temos, sobretudo, a confiança em que, no novo tempo a des-pontar, possam vir a ser realidade os propósitos determinados de António Guterres.

E, com ele, de um sem número de Estados, de povos e de cidadãos do mundo.

Para que as Nações Unidas possam conhecer uma nova vida, a caminho do seu centenário.

Portugal está e estará sempre na primeira linha dessa luta.

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

75.º Aniversário da Organização das Nações Unidas | 65 Anos da Adesão de Portugal à Organização

EDIÇÃO

Assembleia da República. Divisão de Edições

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO

Conceição Garvão

FOTOGRAFIA

Mafalda Gomes, 2020 © Arquivo Fotográfico da Assembleia da República, GAR 04610/2020 | GAR 04622/2020 | GAR 046250/2020 | GAR 04635/2020

DESIGN

Margarida Cunha

ISBN

978-972-556-753-1

Lisboa, maio de 2021

© Assembleia da República

Direitos reservados nos termos do artigo n.º 52 da Lei n.º 28/2003, de 30 de julho

